

## EDITORIAL

---

Lançar uma revista de educação nos dias de hoje é um enorme desafio. A atual diretoria da ANFOPE aventurou-se nesse empreendimento por acreditar que uma entidade forjada no movimento social dos educadores não poderia se furtar a atender um anseio legítimo de seus associados – a abertura de mais um veículo em defesa da formação e da valorização dos profissionais da educação.

Hoje, mais do que nunca, faz-se necessário reafirmar os princípios construídos coletivamente, ao longo de quatro décadas, pela ANFOPE na luta em defesa de políticas de formação e valorização dos profissionais da educação. Originária do movimento de educadores<sup>1</sup>, a ANFOPE, junto com outras entidades nacionais, representa um pensamento educacional que mantém compromissos historicamente assumidos com a escola pública, laica, gratuita e inclusiva para todos os cidadãos brasileiros e cuja qualidade é socialmente referenciada nas demandas formativas da população.

A ANFOPE surgiu em um momento histórico de ricos e intensos debates no processo de redemocratização do país, participando da luta pela ampliação do direito à educação, assegurado constitucionalmente em 1988, pelo trabalho coletivo e consequente do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Ao longo de sua trajetória, a ANFOPE forjou de forma participativa um amplo movimento visando intervir nas políticas educacionais e construir coletivamente um projeto de formação dos profissionais de educação. Desde a sua fundação, a ANFOPE tem se posicionado com as demais entidades científicas do campo educacional, os movimentos sociais organizados, os trabalhadores e os estudantes e com os setores progressistas da sociedade brasileira, em defesa da democracia, da educação pública e dos direitos e princípios constitucionais, hoje ameaçados. Insistimos na proposição coletiva de um projeto educacional emancipador em articulação com a necessária mudança estrutural e conjuntural que permita a

---

<sup>1</sup> A Anfope, como movimento, remonta sua origem à 1ª Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC-SP, com a criação, em 2/4/1980, do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador, posteriormente configurado como Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE, Belo Horizonte, 25/11/1983). Em 26/7/1990, em Belo Horizonte (MG), durante o 5º Encontro Nacional foi aprovada a transformação da CONARCFE em uma associação nacional exclusivamente dedicada à defesa da formação dos profissionais da educação: estava fundada a ANFOPE (ANFOPE, 1990, p. 5).

construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária. Os diferentes documentos produzidos pela ANFOPE, sistematicamente, ao longo de sua história, reafirmam esses princípios, e esta é a linha editorial deste periódico.

O movimento dos educadores que deu origem a ANFOPE é fruto de um momento político, que apesar de marcado pelo estado de excessão, viu brotar a resistência à ditadura nas mobilizações sociais que semearam a esperança nos processos de abertura política e redemocratização do país. Na década de 1970, ainda que sob forte repressão, a sociedade civil amadureceu, alcançando, segundo Carlos Nelson Coutinho<sup>2</sup>, paradoxalmente, um vigor e uma organização que não tinha no período anterior ao golpe de 1964. Para Coutinho (2002), tal paradoxo se explica porque, apesar de sua truculência, a ditadura civil-militar no Brasil não organizou as massas em torno de um partido, como ocorreu na Itália fascista e na Alemanha nazista. Assim, apesar da dura repressão, da censura e da restrição às liberdades democráticas que imperavam no período da ditadura, forjou-se naquele momento, com antes nunca havia existido, uma sociedade civil bastante articulada e plural. Graças a esse movimento foi possível elaborar um processo constituinte que produziu uma Carta constitucional que assegurou princípios inalienáveis e o estado democrático de direito.

Entretanto, o avanço neoliberal, nos anos 1990, retardou a materialização da democracia para grandes parcelas da população. A implementação da agenda neoliberal no Brasil, nos governos de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, subordinou os interesses da burguesia industrial brasileira ao capitalismo financeiro, sendo que, segundo Carlos Nelson Coutinho (2002), a predominância do capital financeiro sobre o empresariado nacional favoreceu tanto o desmonte progressivo do poder político e econômico destes, quanto restringiu a possibilidade de inclusão da população na dinâmica econômica, acentuando os processos de exclusão social e acirrando a desigualdade estrutural que marca a sociedade brasileira. A expectativa era de que um projeto societário que tem como *leitmotiv* um elevado nível de estratificação e de exclusão social não teria como alcançar legitimidade e consenso permanentes em uma sociedade democrática.

“(…) me parece (ou pelo menos, é esta minha esperança) que um projeto de sociedade que leva em conta, quando muito, os interesses apenas, se tanto, de um quarto da população – um projeto, portanto, claramente excludente e discriminatório – não poderá ser um projeto destinado a obter legitimidade e consenso permanentes, gerando assim uma hegemonia estável. No mínimo, cabe dizer que esse projeto não poderá conviver com o aprofundamento da democracia” (COUTINHO, 2002, p. 31).

---

<sup>2</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil hoje. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G., (org.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis:, Vozes, 2002. p. 10-39.

Nesse contexto, vitorioso em quatro eleições consecutivas, vimos um projeto político mais inclusivo e democratizante assumir o governo federal. Vivenciamos entre 2003 e 2015, a possibilidade de redução das desigualdades sociais e econômicas e materialização de conquistas sociais, que aparentavam colocar o país em uma rota de afirmação de direitos, que julgávamos ser irreversível. O golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 demonstrou que nossa democracia era frágil e que os acordos societários inclusivos não eram consensuais. A reação conservadora e ultraliberal à ampliação dos direitos sociais polarizou o país, favorecendo uma onda de intolerância e irracionalidade, institucionalizada nos resultados das eleições de 2018. Como as políticas públicas são, historicamente, marcadas por disputas de concepções e projetos, com diferentes visões de homem e sociedade, a derrota nas urnas materializou mais do que uma brusca mudança de rumos políticos a intensificação dos ataques aos direitos sociais conquistados com a Constituição de 1988. Após, pouco mais de uma década de políticas inclusivas e democratizantes, enfrentamos agora um amplo retrocesso que atinge não só a educação e seus profissionais, mas a cultura, a ciência, a tecnologia, o trabalho, a previdência e a saúde, ameaçando inclusive os valores democráticos e societários e o pacto civilizatório.

Hoje, imersos em um cenário de intenso desmonte das políticas públicas, acreditamos que lançar a revista **Formação em movimento** é mais uma ação de resistência e enfrentamento ao obscurantismo e à ignorância, ao autoritarismo e à intolerância, ao estado de exceção e à exclusão social, engrossando as fileiras dos que defendem a educação e a ciência, o pluralismo de ideias e concepções, a liberdade de expressão, a produção e a socialização do conhecimento, e mais especificamente, lutam pela formação e pela valorização dos professores e demais profissionais da escola, alvos de ameaças e ataques insólitos.

Em um movimento afirmativo e propositivo às tentativas de silenciamento dos professores e estudantes, entre outras ações, abrimos mais esse canal de debates, espaço aberto para a socialização de estudos e pesquisas, de relatos de experiências, ações e práticas no campo da educação e da formação de professores. Persistimos na luta, promovendo e participando de discussões e debates sobre os marcos legais, as diretrizes e bases para as políticas, programas e ações que orientam, nacionalmente, a formação inicial e continuada dos profissionais de Educação, marcando firmemente nossa posição em defesa da educação pública.

Assim, para abrir os trabalhos editoriais de **Formação em movimento**, a revista da Anfope, uma entidade que nunca perdeu suas características de movimento, apresentamos um dossiê sobre as quatro décadas de luta e resistência da entidade, dando a palavra a professores reconhecidos pela coerência no exercício da

docência, na pesquisa em educação e na militância da política educacional: nossos eternos presidentes.

**Formação em movimento** é uma revista que se propõem aberta à interlocução com as IES e os cursos de formação, estreitando a parceria com os fóruns nacionais, como o FORUMDIR, o FORPARFOR e o FORPIBID RP, que possuem, desde este primeiro número, um espaço permanente. Reafirmamos também, como entidade, a necessidade de fortalecimento do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e o *Plano de Lutas* da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), realizada em maio de 2018, que publicamos na sessão *Documentos*.

Assim, com muito esforço, mas também com muita satisfação, apresentamos à comunidade educacional **Formação em movimento**, uma revista com a cara e a coragem da ANFOPE. Todos os educadores, em constante e permanente processo de formação estão convidados a leitura e colaboração nesse projeto editorial. Consideramos sua publicação mais uma forma de reafirmamos a defesa intransigente dos princípios democráticos, dos direitos humanos e sociais e da educação pública como direito subjetivo de todos os cidadãos brasileiros.

Clamamos: nenhum direito a menos!

Exigimos a manutenção da Resolução 02/2015 e o cumprimento das estratégias e metas do Plano Nacional de Educação, que entendemos, como Luiz Dourado apregoa, ser o epicentro das políticas educacionais inclusivas.

Dizemos não ao Future-se!

Existimos, logo resistimos!

Lucília Augusta Lino  
presidente da Anfope  
editora associada

Maria da Conceição Calmon Arruda,  
editora

E-mail: [revista@anfope.org.br](mailto:revista@anfope.org.br)